

# GLOBALIZAÇÃO E ESTADO NACIONAL

por Fabíola D. Silva [fdsfabi@ig.com.br]

Pós-graduanda em História das Relações Internacionais pela UERJ, graduada em História pela UFF. Pesquisador/Bolsista de Iniciação Científica do CNPq: Projeto "Unificação Européia: uma análise histórica e macroeconômica" orientado pelo Prf. Dr. Bernardo Kocher. de agosto de 2000 a julho de 2002.

## RESUMO

O FIM DA GUERRA FRIA ACARRETOU TRANSFORMAÇÕES PROFUNDAS NO SISTEMA INTERNACIONAL<sup>1</sup>. A CHAMADA ERA DA GLOBALIZAÇÃO, JUNTAMENTE COM A LIBERALIZAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS E COM A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS, COMO A COMUNIDADE EUROPÉIA E O MERCOSUL, TEM IMPRIMIDO UMA NOVA DINÂMICA AO FUNCIONAMENTO DOS ESTADOS NACIONAIS. NESTE SENTIDO, O PRESENTE TRABALHO TEM COMO OBJETIVO EMPREENDER UMA ANÁLISE ACERCA DAS CONDIÇÕES DO ESTADO NACIONAL NO MUNDO GLOBALIZADO, PROCURANDO DESCONSTRUIR A IDÉIA DE QUE O ESTADO VEM SE ENFRAQUECENDO E BUSCANDO DEMONSTRAR A COERÊNCIA ENTRE O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO, A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS E O FORTALECIMENTO DO ESTADO NACIONAL.

Agradeço ao professor Nizar Messari do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio pelo incentivo à publicação do trabalho e aos amigos Marcus Dezemone, Karla Carloni, Luigi Bonafé, Antony Devalle, Salete Marco Avelino e Juliana Braga pelas leituras atentas e comentários precisos sobre o texto, isentado a todos da responsabilidade das opiniões aqui emitidas.

## INTRODUÇÃO

O século XX conheceu transformações profundas na dinâmica do capitalismo e nas relações internacionais. Durante parte dos séculos XIX e XX, a prática liberal definiu os rumos da economia em um período em que os créditos de seu crescimento eram dados ao mercado auto-regulado. A crise de 1929 pôs fim ao liberalismo econômico e levou à adoção do intervencionismo estatal como forma de reestruturação do capitalismo. A política de intervenção do Estado na economia se fortaleceu após a Segunda Guerra e permaneceu em cena até o início da década de 80, quando ocorreu o que talvez tenha sido a mais profunda transformação na economia do século XX: o fim do padrão dólar-ouro<sup>2</sup> que foi estabelecido em Bretton Woods e a expansão sem limites do mercado financeiro. Tudo isso associado à mudança na política social que abandonou o *welfare state* ao ter adotado como prática econômica o *neoliberalismo*<sup>3</sup>. Esse novo rumo na economia política internacional foi o início do que hoje chamamos de *economia globalizada*.

A formação de blocos econômicos como a Comunidade Européia, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), e o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), entre outros, inserem-se nas necessidades de mudanças advindas das conjunturas que foram se esboçando principalmente no período anteriormente contemplado. Seria uma resposta das nações ao mundo capitalista.

A integração da Europa data do pós-Segunda Guerra, mas o processo permaneceu adormecido por cerca de 20 anos, período que vai da "crise da cadeira vazia"<sup>4</sup>, em 1965, à assinatura do *Ato Único Europeu*<sup>5</sup>, em 1986, quando o processo é retomado. Essa retomada pode ser associada às necessidades impostas pela nova economia capitalista que estava levando as economias européias à bancarrota explicar e a um conse-

qüente enfraquecimento dos Estados Nacionais.

Assim, tentando entender os novos rumos da economia mundial, que têm a sua maior expressão nos movimentos de integração das nações em blocos econômicos, historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos e jornalistas têm voltado suas atenções à reflexão acerca desses processos chamando a atenção para a perda de autonomia dos estados que agora negociam em bloco.

Tomando o debate bibliográfico sobre globalização como objeto de reflexão, o presente trabalho pretende destacar como existem obras que indicam, a contrário senso, o fortalecimento e não o tão anunciado enfraquecimento dos Estados Nacionais. O trabalho tem como objetivo discutir teoricamente o conceito de globalização tendo como análise o papel dos Estados Nacionais em meio a todas as transformações perpetradas por esse processo.

Dentre todos os blocos econômicos, a Comunidade Européia foi eleita para esta análise por ser o primeiro bloco e o que se encontra em um estágio mais avançado de integração, cuja proposta ultrapassa o campo econômico, ao se pretender uma comunidade integrada política, cultural e socialmente servindo de modelo às integrações propostas a partir de então. Procura-se, desta forma, demonstrar a coerência entre globalização, a construção da Comunidade Européia e a manutenção do poder do Estado-nacional utilizando, ao final do trabalho, o caso francês como exemplo ilustrativo do argumento desenvolvido.

Globalização é um conceito polêmico, que tem ensejado intermináveis discussões, no entanto o debate pouco tem contribuído para o entendimento desse neologismo, pois as análises que os fundamentam tendem a situar-se no campo do dualismo bom/mau, evitável/inevitável. Por este motivo foram selecionados autores que se preocupam em discutir o fenômeno da globalização buscando desmistificá-la afastando-se de tais termos simplificadores: Paul Hirst e Grahame Thompson, José Luis Fiori, Rogério Haesbarert, e Friedric Jameson.

1 Sistema internacional na definição de Raymond Aron é o conjunto constituído pelas unidades políticas [Estados] que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. Paz e Guerra entre as nações. Brasília, UnB/IPRI, 2002. Ver também Hedley Bull, 2002.

2 Sistema cambial estabelecido na conferência de Bretton Woods, em 1944, no qual o dólar tem sua cotação fixada em ouro. Com isso, alguns Estados fixaram o valor de suas moedas não em ouro, mas em dólar. Esse sistema funcionou até 1971, quando o presidente dos EUA Richard Nixon decidiu unilateralmente acabar com a paridade cambial entre o dólar e o ouro e suspender sua conversibilidade em ouro.

3 Prática econômica pautada no liberalismo clássico e que pressupõe a saída do estado das questões econômicas. A partir da adoção do neoliberalismo temos a falência do Estado social, pois o Estado diminui os seus gastos com saúde, educação, previdência, etc.

4 Crise deflagrada no seio da Comunidade durante o Compromisso de Luxemburgo (1965), quando a França abandona o Conselho de Ministros não aceitando a proposta de provisão de recursos comunitários independentes.

5 Acordo assinado em 1986 com a proposta de retomada do processo de integração européia.

Vários autores, como o professor Rogério Haesbarert<sup>6</sup>, trabalham sob a perspectiva do binômio globalização/fragmentação e a Unificação Européia é um belo exemplo disso, pois ao mesmo tempo em que se expande aumentando o campo de ação, fragmenta-se do mundo formando um nicho de transações econômicas, políticas, sociais e culturais. Porém, trabalhar com a idéia de fragmentação ou de construção de nichos como a Comunidade Européia não significa acreditar no enfraquecimento dos Estados Nacionais que a compõem. Muito pelo contrário, a coesão da comunidade tem dado cada vez mais força a alguns dos Estados-membros, como França e Alemanha, por exemplo.

## GLOBALIZAÇÃO E PERDA DE SOBERANIA NA EUROPA

O neologismo *Globalização* surge, tal qual é conhecido, na década de 1980 e reflete uma análise sobre as mudanças ocorridas no quadro mundial, principalmente, da economia internacional, encontrando-se relacionado à idéia da existência de um mundo interligado econômica, política e culturalmente. Dentro desta perspectiva o fenômeno da globalização é percebido a partir das transformações tecnológicas e científicas que modificaram o campo produtivo, os meios de comunicação e as transações financeiras.

Esse mundo interligado pode ser pensado à luz do conceito *sistema-mundo*, de Immanuel Wallerstein<sup>7</sup> que, se relaciona ao termo *economia-mundo* de Fernand Braudel<sup>8</sup>. Ao conceber o termo *economia-mundo*, Braudel referia-se a um só mundo e aos processos econômicos dentro desse mundo em sua totalidade, ou seja, a uma porção do nosso planeta desde que forme um todo econômico,

coexistindo, neste sentido, várias *economias-mundo*. Braudel separa *economia-mundo* do conceito de economia mundial que ele utilizava para identificar a economia do mundo globalmente considerado.

Em Wallerstein encontramos a noção de *economia-mundo* como uma variedade de uma entidade chamada *sistema-mundo*. Neste sentido só existe um *sistema-mundo*: o *sistema-mundo* moderno, também conhecido como economia mundial capitalista, surgido na Europa do século XVI. Sua importância encontra-se no fato de o sistema capitalista, como entendemos hoje, ter tido como baluarte a economia-mundo surgida na Europa do século XVI<sup>9</sup>. Entretanto, o que é conhecido como globalização só pode ser identificado a partir das transformações ocorridas nos anos 70/80 do período contemporâneo.

Na realidade, não existe uma teoria da globalização a qual poderia-se recorrer para a discussão da presente problemática. Existem, contudo, muitas ideologias da globalização. Geralmente, grupos políticos situados à direita consideram a globalização algo imprescindível ao sucesso dos Estados Nacionais, desde que eles se tornem competitivos nas relações de comércio mundial, enquanto, grupos à esquerda do espectro político a consideram algo extremamente ruim e a causadora dos males da sociedade, pois levam em consideração os prejuízos advindos da desregulamentação da economia. É interessante destacar que as variadas teorias sobre a globalização estão indissociadas da defesa de posições políticas. Estas são apresentadas como aspectos inerentes à globalização, propositalmente confundindo o fenômeno com posições ideológicas que variam de um extremo ao outro do espectro político.

É importante considerar que a universalização da globalização representa a expansão do capitalismo e, para muitos, a vitória inconteste dos princípios liberais. Entretanto, o livre comércio, o livre fluxo de investimentos, a diminuição do poder do Estado, a desregulamentação dos mercados financeiros, correspondem a uma *visão de*

6 HAESBAERT, R. "Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo". IN: HAESBAERT, R. (org). Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo. Niterói, Rio de Janeiro, EDUFF, 2001.

7 WALLERSTEIN, Immanuel. "Sistema-mundo". IN: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (orgs.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, pp 690-692.

8 BRAUDEL, Ferdinand. A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro, Rocco, 1987

9 WALLERSTEIN, Immanuel. "Sistema-mundo". IN: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (orgs.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, pp 690-692.

*mundo* e não a uma conseqüência lógica e predeterminada da expansão do capital, uma vez que as escolhas são feitas pelos governos locais objetivando ganhos, seja para o Estado, seja para os grupos dominantes da economia nacional.

Neste sentido Haesbaert trabalha sob o ponto de vista do binômio globalização-fragmentação para definir a configuração espacial do mundo contemporâneo. O que interessa em sua reflexão é problematizar o termo globalização à luz das transformações oriundas do avanço científico-tecnológico, mas procurando estar atento à construção histórica do conceito globalização.

Sob a perspectiva da *longa duração*, o autor considera que a base histórica do processo de globalização encontra-se na etapa do capitalismo denominada monopolista ou imperialista, (conceito cunhado por Lenin, em 1979, e utilizado aqui pelo professor Haesbaert), período em que "o sistema econômico não só se expande por novas áreas como, sobretudo, impõe redivisões entre diferentes blocos de influência do capital financeiro(...)"<sup>10</sup>. Embora sua base histórica seja de fins do século XIX, somente na década de 1960, é que o processo começa a tomar vulto com a criação dos mercados de *eurodólares*<sup>11</sup>. O processo de globalização se expande durante os anos 70, como tentativa das economias capitalistas de saírem da crise provocada pelo choque dos juros e do petróleo, e se consolida nos anos 80, com a desregulamentação da economia a partir do fim do padrão dólar-ouro, período em que o processo passa a ser denominado *globalização*. A adoção da denominação *globalização* se deu por conta das novas características observadas na economia internacional a partir das mudanças acima arroladas.

Vários fatores colaboraram para a consolidação desse processo: o novo padrão tecnológico advindo da Terceira Revolução Industrial, a formação de oligopólios transnacionais, a formação de merca-

dos de capital, de câmbio e de títulos de valores globais, a formação de um mercado mundial unificado entre outros. Mas o que mais chama a atenção na análise de Haesbaert é a importância dada aos Estados Nacionais:

*O papel do Estado-nação dentro do capitalismo e, num sentido mais amplo, dentro da modernidade ocidental globalizadora, sempre foi ambivalente. Ao suprir as antigas divisões regionais e de clãs e se difundir como forma-padrão de organização política pelo mundo (...) ele universalizou determinados mecanismos de gestão que, ao mesmo tempo, fortaleceram os interesses do capital e impuseram algumas restrições à sua livre circulação*<sup>12</sup>.

Fica claro que o Estado teve sua importância no processo de desenvolvimento do capitalismo e também na construção de uma economia globalizada, pois foi a partir do surgimento do *Estados modernos*<sup>13</sup> que o capitalismo foi construído, fortalecido e se expandiu pelo mundo. Neste sentido, pode-se dizer que há total coerência entre globalização e manutenção do poder do Estado Nacional, uma vez que são os Estados Nacionais que estão conduzindo o processo. Na realidade, isso vem sendo realizado pela "tríade" do capitalismo mundial (Japão, EUA e Europa Ocidental). Nesse "mundo novo", emergido no início dos anos 80, sem uma ordem econômica mundial e sem a presença de um país hegemônico, os três dividem entre si o controle da economia mundial, onde vivem numa balança que ora tende para a crise, ora para o sucesso.

Em oposição ao pensamento de Haesbaert, Hobsbawm concebe o período de globalização a partir da curta duração, assim, o início do processo teve como marco a crise dos anos 70<sup>14</sup>. Foi a tentativa de saída da crise na qual os Estados Nacionais do Ocidente capitalista encontravam-se mergulhados que levou às modificações no quadro da economia capitalista mundial possibili-

10 HAESBAERT, Rogério. "Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo" IN: HAESBAERT (org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói, EDUFF, 2001. p.14.

11 Termo aplicado a moeda norte-americana depositada em bancos comerciais da Europa. 12Ibid., 2001, p.14.

13 Forma de Estado que se estruturou na Europa a partir do final da Idade Média e que definiu a fisionomia territorial e política das modernas nações européias.

14 Hobsbawm pensa o processo de globalização a partir do que ele denomina a curta duração.

15 Hobsbawm, E. *Era dos Extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

16 *Prática econômica pautada no liberalismo clássico e que pressupõe a saída do estado das questões econômicas. A partir da adoção do neoliberalismo temos a falência do Estado social, pois o Estado diminui os seus gastos com saúde, educação, previdência, etc.*

17 O keynesianismo tem em seu maior teórico John Maynard Keynes que conseguiu fazer uma crítica ao liberalismo sem, no entanto, questionar o capitalismo. Para Keynes o mercado não produzia equilíbrio sozinho, ou produzia equilíbrio com número elevado de desemprego. Com isso, considera o Estado o único capaz de colocar ordem na casa, onde deve passar a atuar na produção e redistribuição de riquezas. A proposta de Keynes era uma análise macroeconômica, ou seja, que privilegiava a economia nacional. Keynes aposta na política do pleno emprego, pois a demanda a ser gerada pela renda do trabalhador com pleno emprego teria o efeito estimulante sobre as economias em recessão. Para ele, o Estado deveria contar com instrumentos efetivos de política econômica que lhe permitissem regular as taxas de juros, incrementar o consumo mediante a expansão dos gastos públicos e expandir a inversão por meio de empréstimos públicos capazes de absorver os recursos ociosos. Sua teoria foi aplicada no pós Segunda Guerra inaugurando uma nova fase da história do capitalismo. Essa teoria elaborada por Keynes tinha um objetivo claro: manter a economia em equilíbrio. Sua preocupação maior era com o sistema de acumulação capitalista, que encontrava-se impossibilitado de sair da crise. Neste sentido, sua teoria, embora pautada em uma intervenção estatal, possibilitou a continuidade da expansão capitalista.

tando a emergência do processo de globalização no qual se encontra o mundo hoje.

Naquele momento, houve até quem pensasse que a *Era Capitalista*<sup>15</sup> estava chegando a seu fim. Mas o capital buscou espaços mais amplos e desregulamentados de acumulação, assim como uma reestruturação e reorganização da produção, fortalecendo-se. Somadas a isso, há as medidas adotadas pelos EUA, como o fim do padrão dólar-ouro, que revitalizou, de certa forma, sua economia e levou as economias da Europa ocidental a modificarem seu modelo produtivo com vistas a se recolocarem no quadro da economia mundial.

As políticas adotadas pelo mundo ocidental e que ficaram conhecidas como *neoliberais*<sup>16</sup>, representaram o motor das transformações. Com o neoliberalismo, uma vez mais a solução aos problemas econômicos é colocada no mercado. Volta-se então à economia de mercado com o abandono das políticas de *cutte keynesiano*<sup>17</sup> que caracterizaram os países da Europa ocidental no pós-guerra.

Alguns autores, mas principalmente os meios de comunicação, fazem grande confusão entre os termos "neoliberalismo" e "globalização", trabalhando ambos como se representassem uma única coisa. As políticas neoliberais tendem a afastar os Estados Nacionais da regulação de suas vidas econômicas, o que de alguma forma colabora para sua vulnerabilidade frente aos ditames da economia internacional, mas só isso não é capaz de definir ou de caracterizar uma prática da globalização.

O termo globalização é bem mais amplo e diz respeito à nova dinâmica observada nas relações internacionais em meio à carência de um país forte e regulador da economia mundial, cuja principal característica seria a dissolução das fronteiras nacionais e a diminuição do poder dos Estados. Anthony Giddens a definiu como:

*a intensificação das relações mundiais que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são moldados por eventos que estão a muitos quilômetros de distância e vice-versa*<sup>18</sup>.

Hoje, quando se fala em globalização, um tema é recorrente: o enfraquecimento do poder dos Estados nacionais. Porém, Habermas, em seu artigo "O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização"<sup>19</sup>, trabalhando com a soberania dos Estados Nacionais concluiu que os governos só tiram benefícios de suas economias quando essas se desenvolvem na forma de economias nacionais, podendo esses governos influenciar em termos de políticas econômicas, financeiras e sociais. Contudo é verificado que o campo de ação dessas políticas vem diminuindo cada vez mais, assim, individualmente, os Estados são cada vez menos capazes de controlar as economias nacionais, pois:

*com a internacionalização dos mercados financeiro, de capitais e de trabalho, os governos nacionais têm sentido crescentemente o descompasso entre a limitada margem de manobra de que dispõem e os imperativos decorrentes basicamente não das relações de comércio em nível mundial, mas das relações de produção tomadas globalmente*<sup>20</sup>.

Desta forma, tem-se a idéia de que a desregulamentação da economia capitalista, provocando a dissolução das fronteiras pretendida pelo processo de globalização, tenderia a colocar os Estados dependentes da economia internacional, diminuindo seu poder de ação interno e externo. De fato isso ocorre, mas não da forma como é colocado e muito menos com todos os países, pois é o Estado que, institucionalmente, garante a continuidade do processo.

A política de integração da Europa, realizada na década de 1990, com o *Tratado de Maastricht*<sup>21</sup>, ou seja, a

18 GIDDENS, Anthony. "As dimensões institucionais da modernidade". IN: As conseqüências da modernidade . 2ª ed. São Paulo, Editora Unesp, 1997, p. 69.

19 HABERMAS, Jürgen. "O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização", IN: Novos Estudos Cebrap, nº 45, nov. de 1995.

20 Idem, *ibid*, p. 99.

21 Ou Tratado da União Européia, assinado em 1992 entre os Estados membros da Comunidade previa a revisão do Tratado de Roma.

22 Estado definido no Tratado de Westfália, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos na Europa. A partir deste tratado os Estados são definidos como entes políticos que gozam de autoridade dentro do seu território e independência frente aos outros Estados.

23 KRASNER, Stephen D. "Compromising Westphalia". IN: HELD, David & MCGREW, Anthony (Ed.). The Global Transformations Reader. Oxford, Polity Press, 2000.

24 KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do Estado. São Paulo, Martins Fontes, 2000. p421

25 CRUZ, Paulo Marcio. Soberania, estado e globalização em crise. Revista on line Mundo Jurídico. IN: <http://www.mundojuridico.adv.br>

26 CRUZ, Paulo Marcio. op. cit

27 CRUZ, Paulo Marcio. op. cit. p.14.

retomada do processo de integração, parece estar colaborando para o completo esfacelamento do poder dos Estados-membros, pois este tratado declara o controle da Comunidade Européia sobre praticamente todas as áreas políticas programáticas.

Se levarmos em conta a teoria desenvolvida por Stephen Krasner, a partir do que ele denomina o *Estado Vestfaliano*<sup>22</sup>, certamente afirmaremos que os estados que compõem a Comunidade Européia têm sua soberania usurpada pelas próprias políticas associativas. A soberania a partir do *Estado Vestfaliano* é definida como um arranjo institucional para organização da vida política que é baseado na territorialidade e na autonomia<sup>23</sup>. Assim, um sistema que possui estrutura autoritária agindo sobre diferentes áreas que não são geograficamente compatíveis, como é o caso da Comunidade Européia, tem suas soberanias comprometidas.

A *paz de Westfália* marcou o início da formação do *Moderno Sistema de Estados* como é conhecido hoje. O Estado Vestfaliano é, segundo Krasner, um sistema de autoridade política baseado no território e na autonomia. Ou seja, cada estado tem autonomia decisória dentro de seu território e independência externa frente a outros estados.

No entanto, alguns autores, ao considerarem o enfraquecimento dos Estados-membros, dizem que o que ocorre na Comunidade Européia é uma transferência da soberania nacional à entidade internacional chamada Europa. Mas neste caso, como também na sociedade internacional, pode-se dizer que existem obrigações internacionais e acordos que são assumidos pelos estados, o que não entra em choque com o conceito de soberania uma vez que os estados têm a possibilidade de aderir ou não a tais acordos e, quando o fazem, sua adesão deriva do consentimento desses mesmos estados.

Hans Kelsen, no contexto da vinculação dos Estados por meio de tratados, anterior ao atual debate sobre o poder dos Estados Nacionais,

afirma que

*em regra geral, pode-se dizer que o tratado não prejudica a soberania, já que, definitivamente, essa limitação se baseia na própria vontade do estado limitado; mais ainda: em virtude desta limitação fica assegurada a soberania estatal*<sup>24</sup>.

As Constituições Nacionais prevêm que o Estado soberano pode assumir voluntariamente obrigações internacionais, de forma que fica assegurada a prevalência do princípio de soberania. Desta forma, essas obrigações dependem da aprovação dos respectivos parlamentos.

O professor Paulo Marcio Cruz questiona a validade desta teoria no mundo de hoje. Para ele,

*a crescente inter-relação e interdependência entre os estados e a consolidação de princípios norteadores do comportamento entre eles foram provocando, de maneira evidente, a consolidação de uma ordem jurídica internacional, cuja força vinculante é difícil de explicar em virtude da 'aceitação' de cada estado*<sup>25</sup>.

No caso europeu, o professor Cruz assinala que a incorporação dos Estados em uma comunidade supranacional, transferindo poderes a instituições supranacionais, que se converteriam em titulares de competências que antes pertenciam ao Estado, diminuiria o poder desses Estados levando-se a uma necessidade de relativização do conceito de soberania<sup>26</sup>.

Ele confirma a manutenção da soberania dos estados-membros em organizações como a Comunidade Européia, mas afirma que os poderes cedidos às *instituições supranacionais* nunca mais voltariam aos Estados cedentes e que esses poderes aumentariam continuamente, retirando cada vez mais soberania dos Estados-membros. Ele especula que o Estado constitucional surgido das revoluções burguesas do século XVIII (...) "esteja exaurido. Acabou"<sup>27</sup>. Sua análise incorre em um

sério problema, pois afirma a existência de algo que ainda não está consolidado no seio da Comunidade Européia: a supranacionalidade.

Esta questão é debatida a todo o momento e foi, inclusive, a protagonista de uma das maiores crises no interior da União Européia. Durante os anos 1960, o então presidente francês Charles de Gaulle paralisou as negociações comunitárias ao se opor à supranacionalidade definida no Tratado de Roma<sup>28</sup>. Desde então, questões relacionadas à supranacionalidade vêm sendo discutidas, porém não se chegou a um acordo sobre sua implementação.

Krasner também discute a perda de soberania através do que ele considera a violação do acordo de Vestfália. Para ele os acordos, contratos e convenções que são voluntariamente introduzidos por regras não necessariamente violam a doutrina da soberania, mas podem violar o modelo vestfaliano se eles alterarem instituições domésticas a partir da influência externa ou se criarem arranjos institucionais que transcendam a fronteira nacional. Este modelo se aproxima da Comunidade Européia.

No mundo contemporâneo, o melhor exemplo de acordo que compromete a identidade do território e a autoridade é a Comunidade Européia. O conceito de soberania deve realmente ser relativizado, principalmente levando-se em conta as mudanças impostas ao mundo contemporâneo pela globalização, mas os estados não estão deixando de existir, nem no seio da comunidade, nem fora dela.

## GLOBALIZAÇÃO: O PAPEL DO ESTADO

Fredric Jameson faz uma crítica bem interessante ao argumento do poder e influência da globalização e do enfraquecimento do Estado-nação. Ele questiona se na realidade não se trata da expansão econômica e

militar dos EUA e se o que há não é uma subordinação de outros Estados-nação ao poderio norte-americano<sup>29</sup>. É exatamente o que se dá no campo militar. Hirst e Thompson também vêm desta forma, entretanto, no que se refere à economia, os EUA, embora ainda sejam a economia mais forte do mundo, não controlam sozinhos a economia mundial. Podemos dizer que eles dividem esse poder com o Japão e a Comunidade Européia que juntos formam a "tríade" da economia capitalista.

Segundo o professor José Luís Fiori<sup>30</sup> não há nada de concreto na história do capitalismo, desde o fim do padrão dólar-ouro e o início das desregulações responsáveis pela globalização, que comprove a diluição ou enfraquecimento do poder dos Estados Nacionais<sup>31</sup>. O que ocorre na realidade é o enfraquecimento do poder de decisão dos Estados Nacionais em alguns setores da política econômica e do espaço econômico nacional. Mas sua atuação segue tendo grande importância na criação de "vantagens comparativas", como parceiro de grandes empresas, na regulação dos mercados e na sustentação do mercado financeiro<sup>32</sup>.

Mas a partir da ideologia do enfraquecimento dos Estados Nacionais, a globalização tem servido de desculpa aos governantes para isentarem-se da responsabilidade pelo que ocorre de negativo em seus governos. Colocam a culpa em forças supranacionais fora do controle dos Estados, como alerta Paulo Nogueira Batista Jr.<sup>33</sup>: se aumenta o desemprego é culpa da globalização, se empresas nacionais são absorvidas por grupos estrangeiros, são exigências da competição em uma economia globalizada, se o país aparece como vulnerável a turbulências financeiras externas, a culpa é da instabilidade dos mercados financeiros globais. Segundo Batista Jr., *a globalização virou pau para toda obra. É desculpa para tudo e desfruta, além disso, da imortal popularidade de explicações que economizam esforços de reflexão*<sup>34</sup>.

Fiori trabalha a idéia de globalização a partir do que ele denomina "inversão ideológica", pois embora considere que a palavra não possui

28 Episódio conhecido como "a crise da cadeira vazia"

29 JAMESON, Fredric. "Globalização e estratégia política" IN: A cultura do dinheiro. Ensaios sobre globalização. Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

30 FIORI, José Luís. "Globalização, hegemonia e império" IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (org.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, Vozes, 1997

31 Idem, *ibid*.

32 CORSI, Francisco Luiz, "A globalização e a crise dos Estados Nacionais", IN: DOWBOR, L., IANNI, O., RESENDE, P. E. A. (orgs.). Desafios da Globalização. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

33 Professor na FGV/SP

34 BATISTA JR, Paulo Nogueira. "Prefácio à edição brasileira." IN: Globalização em questão. Petrópolis, Vozes, 2001. p11.

consistência conceitual, ela tem uma força que vai além da capacidade de falsificação e convencimento dos meios de comunicação. Para ele, sua força reside no retorno às raízes mais profundas e utópicas do *liberalismo*.

A inversão ideológica provoca uma inversão da própria realidade desvelando e ocultando, ao mesmo tempo, aspectos do mundo contemporâneo que são parcialmente reais. A ideologia da globalização oculta *as relações assimétricas de poder e dominação que estão na sua origem e que explicam a sua expansão e a sua originalidade financeira*<sup>35</sup>.

Paul Hirst e Grahame Thompson definem globalização como sendo um processo *em que as diferentes economias nacionais são incluídas e rearticuladas no sistema [capitalista] por processos e transações internacionais*<sup>36</sup>. Se globalização for definida apenas a partir dos mercados interligados, os autores a consideram um mito pois o estudo de dados empíricos demonstra que os crescentes fluxos de mercadorias e de capitais já se encontravam presentes na economia internacional antes de 1914.

Os autores não negam o processo de globalização, mas desconstruem os principais argumentos que o fundamentam como algo sem precedentes e demonstram que, embora sejam claras as rupturas do processo, ele conta também com continuidade, onde procuram mostrar que ela está bem longe de dissolver as economias nacionais dos principais países industrializados avançados e, neste sentido, evidenciam alternativas à *governabilidade* em meio ao processo de globalização.

Para Hirst e Thompson, o mito da globalização se estabeleceu a partir de um conjunto de transformações que caracterizaram os anos 70 e 80. Na década de 70 uma turbulência econômica levou ao fim o longo período de crescimento econômico e de pleno emprego vividos após a Segunda Guerra.

O termo globalização leva a crer na existência de um mercado mundial

aberto, baseado nas nações comerciais e regulado, em maior ou menor grau, pelas políticas públicas dos Estados-nação e pelas agências supranacionais. De fato isso não ocorre de forma plena. Existem mercados integrados, mas que ao se integrarem se fecham para outros mercados ou grupos, como a Comunidade Européia por exemplo. Por outro lado, a própria política de associação da Europa, que contou com um reavivamento na década de 1980, pode ser inscrita no âmbito da globalização, pois expressa a tendência pela busca de espaços mais amplos de acumulação.

A adoção de políticas macroeconômicas em conjunto, o fortalecimento do seu mercado comum, a opção por uma moeda única, tudo isso foi realizado de forma a estabilizar as economias dos membros da comunidade em meio à globalização. Globalização que a própria Europa ajudou a firmar através da desregulamentação de suas economias, da opção pelo câmbio flutuante, do abandono da política do welfare state, etc.

Neste sentido, observa-se que não é o mercado, localizado acima dos Estados e da Sociedade Civil, quem dita os rumos da economia internacional e de um Estado Nacional. As decisões que dizem respeito à política econômica a ser adotada são decisões políticas que são tomadas pelos Estados Nacionais de forma isolada, como os EUA, ou em conjunto, como na Comunidade Européia ou em grupos como o G7 ou a OMC. Resta saber a qual fração da sociedade essas decisões interessam. A quem elas correspondem e beneficiam: ao mercado financeiro, aos meios produtivos ou ao mercado de mão-de-obra?

## O CASO FRANCÊS

Os EUA poderiam ser utilizados para demonstrar o que foi descrito acima, pois suas ações políticas, seja no período do protecionismo, seja na era da globalização sempre foram realizadas visando à defesa e ao fortalecimento de suas economias e de seu poder político. Mas a França será utilizada para explicar

35 FIORI, José Luís. "Globalização, hegemonia e império" IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (org.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, Vozes, 1997. pag 88.

36 HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. "Globalização – um mito necessário?" IN: Globalização em questão. Petrópolis, Vozes, 2001. P26.



e exemplificar as afirmações acima. Lembrando que os teóricos franceses recusam o termo inglês *globalização*, adotando *mundialização* para o estudo do processo, como faz, por exemplo, François Chesnais em seu trabalho "A mundialização do Capital"<sup>37</sup>.

O percurso da França na construção da Comunidade Européia leva a questionar o tão anunciado fim do poder dos Estados Nacionais na era da globalização. Muito tem se falado a respeito, mas a realidade que se apresenta não comprova essa afirmação. A visão que predominou durante as décadas de 80 e 90 era a de que existia um mundo de corporações globais que ultrapassavam as fronteiras dos Estados Nacionais<sup>38</sup> e desta forma reduziam o poder dos mesmos frente à nova economia internacional.

A história dos Estados Nacionais desde a sua constituição demonstra que, com seu poder, tiveram fundamental importância no processo de acumulação de capital. Isso se deu por contarem com uma jurisdição territorial, com o direito legal de determinar as regras que governariam as relações sociais de produção em sua jurisdição territorial, assim como o poder de taxaço e por fim, com o monopólio das forças armadas<sup>39</sup>. Com isso, o Estado Nacional garantiu o crescimento econômico e o seu próprio fortalecimento.

O que ocorre hoje não corresponde à perda de função do Estado-nação, mas à modificação de seu papel. Passou-se ao Estado a responsabilidade de agendas mais amplas e de interesse global como, narcotráfico, meio ambiente, terrorismo, política de desarmamento, etc, retirando-lhe o papel de gestão e controle da economia. Com isso, advoga-se a todo o momento o enfraquecimento do poder do Estado.

Fredric Jameson analisa a globalização a partir das dimensões tecnológica, política, cultural econômica e social<sup>40</sup>, no entanto serão ressaltados aqui os seus aspectos políticos e econômicos, lembrando que o trabalho de forma segmentada

é uma opção metodológica, já que o processo é dinâmico e que as dimensões da globalização encontram-se imbricadas umas às outras, como a dimensão econômica que controla as novas tecnologias e reforça os interesses geopolíticos.

Jameson, no campo político, questiona tanto a expansão da globalização quanto o enfraquecimento do Estado Nacional. Em análise do livro *False Dawn*<sup>41</sup>, de John Gray, Jameson destaca a contradição essencial da doutrina do livre mercado identificada por Gray: a criação de um livre mercado efetivamente livre de governo envolve uma enorme intervenção governamental e, de fato, um aumento do poder de um governo centralizado. Ele ressalta que o mercado livre não cresce naturalmente, precisa ser criado através de meios legislativos drásticos e de outras medidas intervencionistas<sup>42</sup>. Uma vez mais se destaca a necessidade de o Estado criar leis que garantam o livre mercado. Isso mostra o papel desempenhado pelo Estado-nação na construção de uma política da globalização.

Segundo Antônio Gramsci, um grupo social conquista o poder e se mantém como hegemônico não somente através de seu poder, mas sobretudo através de sua ação no campo ideológico na produção de um consenso, ou seja, através de seu poder de liderança<sup>43</sup>. A apropriação desse pensamento objetiva entender a força da França dentro da comunidade.

A França não exerce posição hegemônica no mundo capitalista, seu poder militar atua de forma secundária e a sua economia não é a mais estável da Europa, ou seja, sua vulnerabilidade militar e econômica poderia ter lhe custado o papel fundamental que teve na política de associação européia. Mesmo com problemas no campo da economia, durante o final dos anos 70, a França era dona da segunda maior e mais rica economia da Europa e a única potência nuclear européia inteiramente independente. Ainda assim, não possuía hegemonia política na Europa.

O desafio francês situava-se na necessidade de construção de uma imagem aprazível da França no campo

37 Chesnais, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xama, 1996.

38 PETRAS, James. "Globalização ou imperialismo norte-americano". *MST on line*. <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/economia/globalizac.html>

39 WALERSTEIN, I. *op. Cit.*, 1985.

40 JAMESON, Fredric. "Globalização e estratégia política" IN: *A cultura do dinheiro*. Ensaios sobre globalização. Petrópolis, Editora Vozes, 2001

41 GRAY, John. *False Dawn*. Nova Iorque, 1998. Citado em Jameson, *A cultura do dinheiro*.

42 Jameson discute as colocações de Gray em sua obra *A cultura do dinheiro*, p. 29.

43 GRAMSCI, Antonio. Citado em ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. 2ª ed. São Paulo, UNESP/Contraponto, 1996. p. 28.

das relações internacionais. François Mitterrand se voltou para esse objetivo ao buscar promover o renascimento da integração europeia na década de 1980 colocando-se, desta forma, na dianteira do processo.

Com isso pode-se entender a centralidade que a França conquistou, juntamente com a Alemanha, no processo de integração. E foi exatamente no seio da comunidade, em meio à globalização e à perda de poder de muitos Estados Nacionais, que a França conseguiu se fortalecer enquanto Estado Nacional, fortalecimento esse que garantiu à França posição de destaque nas relações políticas e econômicas internacionais.

O poder de barganha da França na Comunidade pode ser visto em suas ações que, por vezes, paralisaram e, por tantas outras ditaram os rumos da política de integração. Nesse sentido observa-se a coerência entre a construção da comunidade e o fortalecimento do Estado Nacional francês.

O incremento acentuado do comércio internacional observado nas últimas décadas, ao abrir novas frentes de expansão da acumulação de capital, constitui em mais um aspecto do complexo processo de globalização da economia. Nesse sentido, a formação de blocos econômicos pode ser entendida como resultado do processo de globalização.

Essa prática, que teve início na Europa, se expandiu por outras áreas do globo terrestre com o objetivo de assegurar mercados e fortalecer suas economias conjuntamente, coisa que os países da Europa não conseguiram realizar no pós-guerra através de iniciativas isoladas. Contudo, Jameson atenta para o fato de que o Estado-nação continua sendo o único parâmetro e o único terreno concreto da luta política e os embates para se chegar a negociações no seio da política de integração demonstram isso.

Em sua análise, Paul Kennedy vai além ao chamar atenção para o fato

de que o Estado Nacional continua sendo o centro primário de identidade da maioria das pessoas, pois estas pagam impostos ao Estado, estão sujeitas às suas leis, servem em suas forças armadas e só podem viajar tendo um passaporte. Diante disso não pode-se afirmar que os Estados estão perdendo poder, pois seria uma análise simplista e que não estaria levando em consideração toda a complexidade do processo de globalização e dos atores que a promoveram.

## CONCLUSÃO:

*Estamos vivendo a era da globalização e, por conta disso, do fim dos Estados Nacionais. É o fim das soberanias nacionais. O poder dos Estados Nacionais não existe mais.* Essas são as afirmativas mais correntes nos meios de comunicação. Muitos acreditam realmente nestas teses, mas a questão deve ser avaliada com cautela, de forma que não se realize uma análise rasa, ignorando a complexidade do processo de globalização e suas possíveis conseqüências para os Estados Nacionais.

As transformações em curso na sociedade desde fins dos anos 1970, de natureza simultaneamente política e econômica, afetam de formas absolutamente distintas os diversos países, dependendo de sua posição hierárquica na ordem mundial. Ao afetar de forma diferente, impõem também alternativas diferentes a cada Estado. Se, por um lado, muitos países vêm perdendo poder de ação frente aos ditames da nova economia globalizada, alguns poucos vêm se fortalecendo significativamente tanto no plano interno quanto no externo, como ocorreu com França e Alemanha após a retomada do processo de integração.

Embora alguns teóricos da globalização advoguem a todo o momento a perda de poder dos Estados Nacionais, não verificamos, empiricamente, que este fato venha se dando de forma generalizada. Os EUA, mesmo com todos os problemas que

vêm enfrentando no quadro da política e da economia, tiveram seu poder ampliado com o processo de globalização. Alguns autores consideram inclusive que todo esse processo de desregulamentação econômica e de abertura de mercados, que vai ser o iniciador do processo de globalização, tenha garantido a retomada da política Imperialista pelos EUA.

O processo de globalização na realidade necessita de agências reguladoras para a garantia da continuidade e da vitalidade do processo e em sua maioria essas agências são os próprios Estados, ou então são organismos multilaterais que contam com as posições dos Estados membros na tomada de decisões.

Fiori atenta para o fato de que a maioria dos analistas internacionais já reconhece que o futuro do processo de globalização depende de uma variável política, ou seja, a forma em que se relacionem as estratégias de poder das três grandes potências econômicas mundiais: EUA, Alemanha e Japão.

Não podemos perder de vista que algo de muito significativo mudou a concepção dos Estados com o advento da globalização. Esses Estados perderam alguns de seus campos de ação, mas não enfraqueceram como se pretende, além de assumirem novos papéis. Outros Estados, porém, enfraqueceram ficando de "pés e mãos atados" frente à economia internacional. Nesse sentido, percebemos que não podemos generalizar acreditando que a globalização atinge a todos da mesma forma.

E no caso da Comunidade, teriam os Estados membros perdido poder com a unificação? Se considerarmos o fato de o Tratado de Maastricht ter declarado o controle da CE sobre praticamente todas as áreas políticas programáticas, diremos que sim, mas, não é bem isso o que ocorre.

Podemos dizer que existem três formas de redução da soberania registrados em Maastricht. No campo do Direito, a padronização das leis

relativas à liberalização do comércio e integração e padronização da produção; no âmbito do Mercado Único, as fronteiras internas são praticamente eliminadas e, no que diz respeito ao Sistema Monetário Europeu, a adoção de uma moeda única.

Essas três formas estão ligadas à política econômica e à necessidade de se intensificar as relações comunitárias. Entretanto, lembrando que Michael Mann ressalta que *o impacto direto das normas da CE na política cotidiana dos países membros é bastante limitado*<sup>44</sup>, pode-se concluir que a perda de soberania dos Estados Nacionais não se aplica, e, embora pareça certa, a direção na Comunidade é ditada pelos Estados de maior poder político e econômico, no caso França e Alemanha. A retomada das negociações garantiu ações macroeconômicas de estabilização e fortalecimento de alguns Estados Nacionais não só comunitariamente, mas nas relações internacionais de um modo geral.

A França vem desempenhando um papel importante na construção da Comunidade através da ação de seu poder político. Se estivesse mesmo perdendo poder político não teria condições de conduzir o processo de integração com tanta eficiência.

Todos os governantes franceses, de Mitterrand até os dias de hoje, chegaram à conclusão de que poderiam a partir do relançamento, da continuidade e do fortalecimento da Comunidade, recolocar a França no centro da economia mundial fortalecendo-a politicamente no plano interno e externo. E isso se deu de fato.

A análise do papel da França na política de integração européia não nos deixa dúvidas de que o Estado Nacional francês se fortaleceu diante do processo de globalização. Na realidade esse processo é uma "via de mão dupla", pois seu fortalecimento enquanto Estado Nacional garantiu-lhe papel de decisão nas negociações comunitárias de forma que a França pode defender seus interesses nacionais no seio da Comunidade Européia. Durante todo o percurso da Comunidade a França imprimiu a sua marca. Os interesses nacionais franceses

44 MANN, Michael. "Estados Nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer". **IN:** BALAKRISHNAN, Gopal (org). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000. p. 319

estiveram sempre em primeiro plano, levando inclusive, em várias ocasiões, a Alemanha a ceder aos seus caprichos.

Não discordamos de Krasner no que tange à constante violação do concebido em Vestfália. Esse fato se dá por conta dos interesses particulares dos Estados. Segundo Krasner, essa violação não é algo novo. Na realidade, é um velho problema que se torna proeminente com a globalização. Nesse sentido, acreditamos que ele também discorde da idéia de fim dos Estados Nacionais e da obsolescência do termo soberania para o entendimento do mundo atual considerada pelos propaladas mais conhecidos como *hiperglobalistas*.

O mundo hoje se encontra em recessão. A locomotiva européia já não possui tanto vigor: os países não conseguem mais manter as metas de Maastricht, as taxas de crescimento são quase nulas e não sabemos onde tudo isso vai dar, mas uma coisa é certa, a política de integração conduzida por França e Alemanha garantiram o sucesso desses países por um longo período, impedindo que naufragassem em meio as oscilações da economia capitalista mundial.

Essa discussão não se esgota aqui. É preciso analisar o funcionamento das instituições comunitárias e as discussões dentro de seus respectivos parlamentos como forma de ampliar a análise acerca do tema.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto; Unesp, São Paulo, 1996.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. "Prefácio à edição brasileira." IN: *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes, 2001. p11.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rocco, RJ, 1987.
- CORSI, Francisco Luiz, "A globalização e a crise dos Estados Nacionais", IN: DOWBOR, L., IANNI, O., RESENDE, P. E. A. (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- CORNETT, L. e CAPORASO, J. "E, contudo, se movimental!": os interesses dos Estados e as forças sociais na Comunidade Européia. **IN**: ROSENAU, James N e CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem Governo*. Ordem e transformação na política mundial. Brasília/São Paulo, Edunb/Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- FIORI, J.L. "Globalização, hegemonia e império". **IN**: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
- GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca, "Globalização e crise estrutura" IN: DOWBOR, L., IANNI, O., RESENDE, P. E. A. (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. "As dimensões institucionais da modernidade". **IN**: *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização*, **IN**: *Novos Estudos Cebrap*, nº 45, nov. de 1995, p99.
- HAESBAERT, R. "Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo". IN: HAESBAERT, R. (org). *Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo*. Niterói, Rio de Janeiro, EDUFF, 2001.
- HIST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2001.
- KRASNER. "Compromising Westphalia". IN: HELD, David & MCGREW, Anthony (Ed.). *The Global Transformations Reader*. Oxford, Polity Press, 2000.
- MANN, Michael. *Estados Nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer*. **IN**: BALAKRISHNAN, Gopal (org). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- PETRAS, James. "Globalização ou imperialismo norte-americano". MST on line. <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/economia/globalizac.html>
- SCHIRM, Stefan A. *Globalização transnacional e cooperação regional na Europa e nas Américas*. IN: *Contexto Internacional*. Jul/dez. 1996, vol. 18, n 2. IRI – PUC.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico*. SP, Brasiliense, 1985.